

GDF anuncia maior pacote de incentivos da história de Brasília

Medidas procuram aliviar a recessão que os cortes do Governo Federal no serviço público acarretarão na economia do Distrito Federal. Mudanças administrativas também serão realizadas para acabar com a burocracia nas secretarias e empresas estatais.

José Varella



A apresentação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal atraiu autoridades e empresários ao Memorial JK

N o momento em que a economia da cidade se assusta com a possibilidade de uma forte recessão provocada pelos cortes anunciados pelo Governo Federal, o GDF anuncia o maior pacote de incentivos e instrumentos de desenvolvimento econômico de sua história. São várias medidas que dão injeção de ânimo nos projetos e diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Econômico.

Dentre elas se destacam os novos mecanismos de financiamento propostos pelo Governo. O ICMS, por exemplo, poderá ter sua dívida financiada em até 70%, com prazos de fluidez, pagamento e amortização de 144 meses

cada. As transmissões ocorridas na fase de implantação dos projetos terão isenção de qualquer imposto incidente, incluindo o de transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos. O IPTU destas áreas também terá isenção de 10 anos.

Para acelerar o desenvolvimento econômico do DF, a Terracap ganha uma nova função, sem perder a anterior e sem necessitar de mais contratação, “o que seria um contra-senso a uma política moderna”, afirma Antônio Rebelo. A Companhia passará a ter uma agência de desenvolvimento, encarregada de disponibilizar lotes e captar empreendimentos em articulação

com a Secretaria de Indústria e Comércio.

O Governo não quer perder tempo com a burocracia. Para isto, instituiu um prazo de 120 dias para que todos os certificados e relatórios sobre os lotes a serem disponibilizados nos projetos estejam prontos. Isto significa que no final deste prazo, os empresários poderão iniciar a ocupação dos lotes imediatamente, já que documentos como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e os atestados fornecidos pelo IPDF já estarão prontos.

“Todas estas medidas estão sendo tomadas depois de várias conversas com o setor produtivo.

Nossa expectativa é ampliar nossa capacidade industrial, aumentar a base da arrecadação e também os empregos”, esclarece Rabelo, lembrando que atualmente 83% da arrecadação do DF está comprometida com a folha de pagamento. “Este número vai diminuir sensivelmente com a implantação do projeto e a aprovação de nossas medidas”, avalia, lembrando que o próprio servidor que quiser deixar o serviço público e investir em algum dos projetos terá facilidades adicionais. “Não se trata de demissão incentivada, mas de incentivo a produção e a criatividade do servidor”, esclarece.